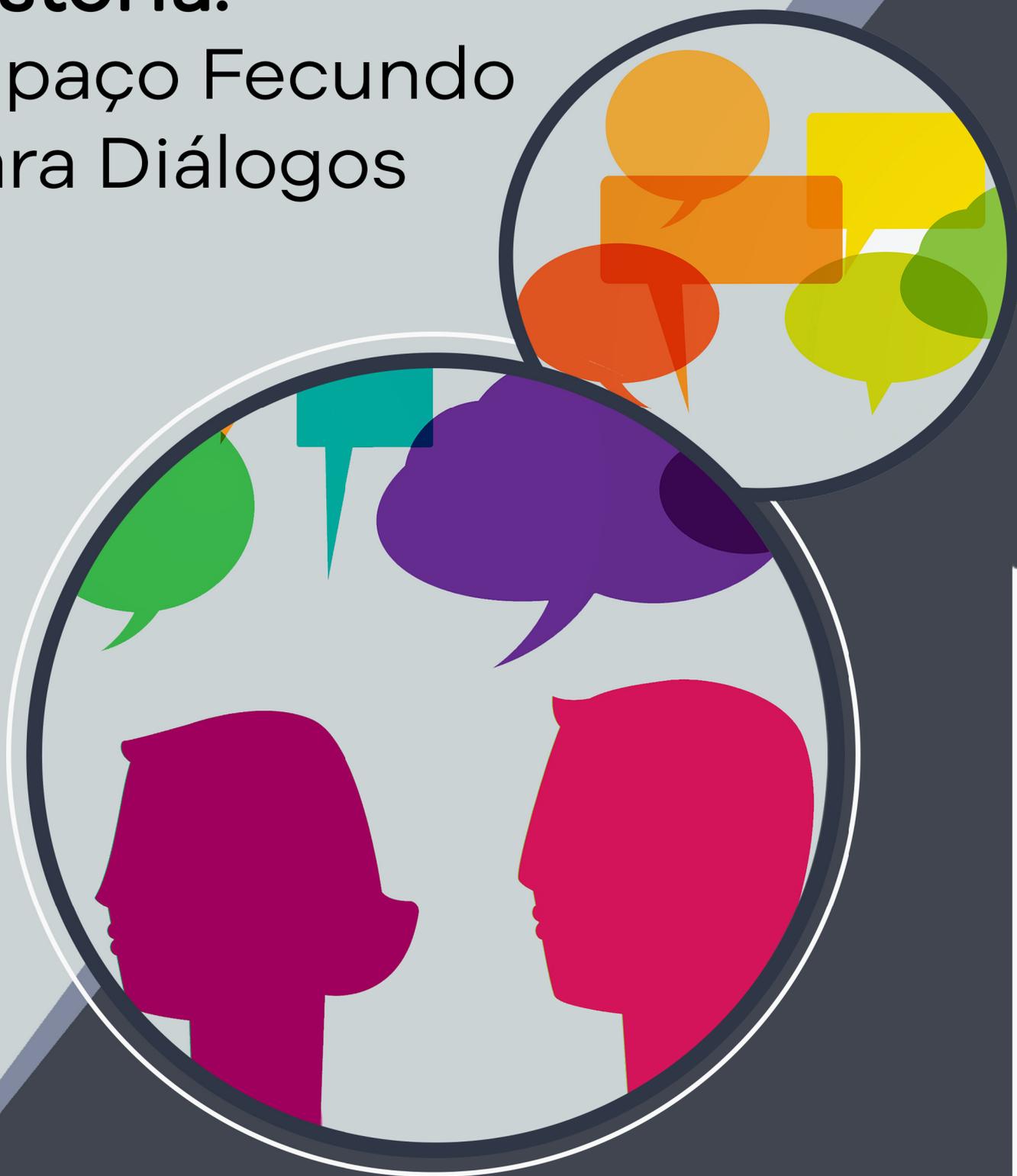


História:

Espaço Fecundo para Diálogos



Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

Denise Pereira
Elizabeth Johansen
(Organizadoras)

História: Espaço Fecundo para Diálogos

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	História [recurso eletrônico] : espaço fecundo para diálogos / Organizadoras Denise Pereira; Elizabeth Johansen. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-650-8 DOI 10.22533/at.ed.508192709 1. História – Filosofia. 2. Historiografia. 3. Historiadores. I.Pereira, Denise. II. Johansen, Elizabeth. CDD 907.2
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra *História: espaço fecundo para diálogos* oportuniza um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Que “fontes históricas” os historiadores atuais têm acesso para problematizar a vida das sociedades de diferentes épocas? Essas questões, assim como outras, norteiam as discussões historiográficas contemporâneas e se fazem presentes nos diferentes artigos desse livro.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte.

Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira
Elizabeth Johansen

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EM DEFESA DA OPÇÃO DECOLONIAL NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: POR UM FUTURO QUE NÃO REPITA O PASSADO	
<i>Jaqueline Berdian de Oliveira</i> <i>André da Silva Pereira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927091	
CAPÍTULO 2	15
ENTRE A HISTÓRIA E A LITERATURA: A FRONTEIRA NO <i>CANTO GENERAL</i> DE PABLO NERUDA	
<i>Gabriel de Souza Fagundes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927092	
CAPÍTULO 3	27
ENTRE CONCESSÕES E TENSÕES: A RELAÇÃO ENTRE SENHORES E ESCRAVOS EM PALMAS/PR (1860-1888)	
<i>Maria Cláudia de Oliveira Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927093	
CAPÍTULO 4	37
DISPUTAS DA MEMÓRIA: DAS FOSSAS ARDEATINAS À BOMBA NUCLEAR	
<i>Douglas Pastrello</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927094	
CAPÍTULO 5	47
HISTÓRIA, PASSADO E MEMÓRIA: LEITURAS E APROXIMAÇÕES	
<i>Dehon da Silva Cavalcante</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927095	
CAPÍTULO 6	58
NA DISPUTA DAS MEMÓRIAS: A CARACTERIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DA LUTA ARMADA NA MEMÓRIA DE SEUS MILITANTES (1968 – 1972)	
<i>Vinícius de Oliveira Masseroni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927096	
CAPÍTULO 7	74
INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO-EDUCACIONAL	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927097	
CAPÍTULO 8	89
EDUCAÇÃO: MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DAS EX-INTERNAS DO COLÉGIO IMACULADA CONCEIÇÃO DE MONTES CLAROS NO SÉCULO XX	
<i>Elizabete Barbosa Carneiro</i> <i>Filomena Luciene Cordeiro Reis</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927098	

CAPÍTULO 9	97
O SISTEMA DE PENSAMENTO NOS MANUAIS DE ENSINO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE SÃO PAULO (SEC.XIX)	
<i>Patrícia Carla de Melo Martins</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5081927099	
CAPÍTULO 10	108
O ENTRELUGAR DO CAMPO ESTÉTICO MODA-ARTE: UM CONCEITO CONSTRUÍDO HISTORICAMENTE	
<i>Camila Carmona Dias</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270910	
CAPÍTULO 11	120
PATRIMÔNIOS RECONFIGURADOS: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS HISTÓRICOS	
<i>Gerson Luís Trombetta</i>	
<i>Monique Villani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270911	
CAPÍTULO 12	132
UM MUSEU EM DESENVOLVIMENTO: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO CULTURAL CASTROLANDA – CASTRO (PR)	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Samara Hevelize Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270912	
CAPÍTULO 13	145
MUSEU MUNICIPAL DE TRÊS ARROIOS A NARRATIVA DA HISTÓRIA NA EXPOSIÇÃO DE LONGA DURAÇÃO	
<i>Maurício da Silva Selau</i>	
<i>João Paulo Corrêa</i>	
<i>Fabíola Pezenatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270913	
CAPÍTULO 14	157
REGISTROS FOTOGRÁFICOS DA HISTÓRIA DA MEDICINA	
<i>Ana Cláudia de Araújo Santos</i>	
<i>Daiane Silva Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270914	
CAPÍTULO 15	170
PROCESSOS CRIMES DE INFANTICÍDIO: DISPUTA PELA VERDADE, PODER E SUJEITOS	
<i>Paula Ribeiro Ciochetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270915	

CAPÍTULO 16	180
A PRODUÇÃO DE VERDADES EM PROCESSOS CRIMINAIS DE VIOLÊNCIA CONTRA A VIDA: MALLETT-PR 1913 A 1945	
<i>Júlio César Franco</i>	
<i>Hélio Sochodolak</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270916	
CAPÍTULO 17	200
RIQUEZA E SOCIEDADE NA COMARCA DE ARACAJU: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA SOCIAL DA PRIMEIRA ELITE ARACAJUANA (1855-1889)	
<i>Bruna Morrana dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270917	
CAPÍTULO 18	211
SENSIBILIDADES DE UM ESPAÇO: SER UMA PRINCESA NA MODERNIZAÇÃO REPUBLICANA – FEIRA DE SANTANA 1940 A 1950	
<i>Cristiane Lima Santos Rocha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270918	
CAPÍTULO 19	219
TRAFICO DE ESCRAVOS E FORMAÇÃO FAMILIAR NO TERMO DE SANTO ANTÔNIO DA BARRA – BA (1860-1888)	
<i>Célio Augusto de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270919	
CAPÍTULO 20	228
ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS PARA O COMPLEXO TERRENO EVANGÉLICO BRASILEIRO	
<i>Maralice Maschio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270920	
CAPÍTULO 21	241
“DITADURA NO AR”: UMA VISÃO SOBRE A DITADURA CIVIL MILITAR	
<i>Lucas Marques Vilhena Motta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270921	
CAPÍTULO 22	254
A PROVÍNCIA EM PRINCÍPIO, A FRONTEIRA POR MEIO E O IMPÉRIO POR FIM: NETO E CANABARRO NA GUERRA DO PARAGUAI (1864-1865)	
<i>Cesar Augusto Barcellos Guazzelli</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270922	
CAPÍTULO 23	265
ANÁLISE ICONOGRÁFICA DAS AÇÕES CIVICO-SOCIAIS DO EXÉRCITO NA FRONTEIRA BRASIL/ARGENTINA NA DÉCADA DE 1970	
<i>Ronaldo Zatta</i>	
<i>Ismael Antônio Vannini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270923	

CAPÍTULO 24	276
AS DOZE QUESTÕES FUNDAMENTAIS DE KARL DEUTSCH E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENTRE IRÃ E EUA APÓS A REVOLUÇÃO IRANIANA DE 1979	
<i>David Anderson Zanoni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270924	
CAPÍTULO 25	291
CONTEXTO POLÍTICO JURÍDICO BRASILEIRO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS NA FAZENDA ANNONI	
<i>Simone Lopes Dickel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270925	
CAPÍTULO 26	308
DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA: A CHEFIA DE ARTHUR BERNARDES NO <i>CIDADE DA VIÇOSA</i>	
<i>Natália Fraga de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270926	
CAPÍTULO 27	318
CRIANÇA INDÍGENA NO BRASIL: O ESTADO DO CONHECIMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA NACIONAL	
<i>Epaminondas Reis Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270927	
CAPÍTULO 28	326
A CAPOEIRA NOS SÉCULOS XIX E XX: DO PODER DISCIPLINAR AO SURGIMENTO DA SOCIEDADE REGULADORA	
<i>Jonatan dos Santos Silva</i> <i>Felipe Eduardo Ferreira Marta</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270928	
CAPÍTULO 29	337
A HISTÓRIA POLÍTICA APÓS 30 ANOS DA PUBLICAÇÃO ORGANIZADA POR RENÉ RÉMOND: POSSIBILIDADES ATUAIS DE PESQUISA TENDO COMO OBJETOS GETÚLIO VARGAS E LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA	
<i>Gabriel da Silva Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270929	
CAPÍTULO 30	349
A ELITE POLÍTICA DA BAHIA NO SÉCULO XIX: OS MEMBROS DO CONSELHO GERAL DE PROVÍNCIA (1828-1834)	
<i>Nora de Cassia Gomes de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270930	

CAPÍTULO 31	364
A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO	
<i>Maria Lucia Cavalcante</i>	
<i>Maria da Conceição Barros Costa Lima</i>	
<i>Laís Cavalcanti de Sá Nogueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270931	
CAPÍTULO 32	373
A FERRO E FOGO: SIMBOLOGIA NA MARCAÇÃO DO GADO NOS CAMPOS DE PALMAS: 1887 – 1938	
<i>Fabiana Mathias Roncatto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270932	
CAPÍTULO 33	384
A REINVENÇÃO DA NATUREZA: OS IMPACTOS DA INDÚSTRIA SUCROALCOOLEIRA EM GOIÁS	
<i>Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves</i>	
<i>Rayza Correa Alves Gonçalves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270933	
CAPÍTULO 34	393
A IMPORTÂNCIA DO MUSEU ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO DE COXIM – MS COMO LINGUAGEM PEDAGÓGICA PARA O ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL	
<i>Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra</i>	
<i>Douglas Proença de Santana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50819270934	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	403
ÍNDICE REMISSIVO	404

A ESTRUTURA FÍSICA DOS CENTROS DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO – CASES COMO INSTRUMENTO DAS (IM) POSSIBILIDADES DE FAVORECIMENTO DE MOBILIDADE DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL DOS ADOLESCENTES E JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE NO ESTADO DE PERNAMBUCO

Maria Lucia Cavalcante

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

Maria da Conceição Barros Costa Lima

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

Laís Cavalcanti de Sá Nogueira

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco
Recife – Pernambuco

ABSTRACT: This article has an approach about the facilities inside the Socio-educational Assistance Centers - CASEs in the State of Pernambuco. It analyses the unit's facilities and its relation with the structures and arrangements in the physical area, whom can be possible used as a social and personal development for the adolescents who live there and are deprived of freedom.

KEYWORDS: CASEs, Socio-educational, adolescents .

RESUMO: Este artigo faz uma abordagem acerca das estruturas físicas dos Centros de Atendimentos Socioeducativos – CASEs existentes no Estado de Pernambuco, analisando possíveis contribuições que as estruturas e disponibilização dos espaços físicos dessas unidades podem dar como instrumento de mobilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes privados de liberdade.

PALAVRA CHAVE: CASEs, , socioeducandos, adolescentes.

THE UNIT'S FACILITIES INSIDE THE SOCIO-EDUCATIONAL ASSISTANCE CENTERS – CASES IN THE STATE OF PERNAMBUCO AS AN INSTRUMENT OF SUPPORT, WHOM CAN BE POSSIBLE USED AS A SOCIAL AND PERSONAL DEVELOPMENT FOR THE ADOLESCENTS WHO LIVE THERE AND ARE DEPRIVED OF FREEDOM

1 | INTRODUÇÃO

Este texto aborda a importância dos espaços físico dos Centros de Atendimento Socioeducativos - CASEs no processo de ressocialização dos adolescentes e jovens sob regime de privação de liberdade no Estado de Pernambuco. Este estudo fará uma abordagem breve sobre os aspectos físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo existente em todo o Estado. São dez unidades de Atendimento Socioeducativo existentes no território pernambucano, sendo nove destinadas ao público masculino e apenas uma ao público feminino. Estão assim distribuídas: CASE Santa Luzia, localizado em Recife, é o único designado a cuidar das adolescentes e jovens privadas de liberdade; CASE Abreu e

Lima, no município de Abreu e Lima; CASE Vista Alegre, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes; CASE Cabo, no município do Cabo de Santo Agostinho; CASE Timbaúba, no município de Timbaúba; CASE Pacas, no município de Vitória de Santo Antão; CASE Caruaru, no município de Caruaru; CASE Arcoverde, no município de Arcoverde; CASE Garanhuns, no município de Garanhuns e CASE Petrolina, no município de Petrolina. Embora não façam parte deste trabalho, vale aqui ressaltar que em Pernambuco existem ainda seis unidades de Centros de Internação Provisória – CENIPs que, semelhantemente aos CASEs, destina apenas uma unidade para o atendimento do público feminino, também localizada na cidade do Recife. As outras unidades do CENIP, todas para atendimento do público masculino, estão localizadas em Recife, Caruaru, Arcoverde, Garanhuns e Petrolina.

Este trabalho busca responder a seguinte questão: Qual a contribuição que a estrutura e disponibilização dos espaços físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco podem dar como instrumento de mobilidade para o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes privados de liberdade?

É nesse sentido que essa pesquisa foi desenvolvida, visando como objetivo principal a análise da estrutura desses espaços como elemento de significação e representatividade de um modo específico de convivência capaz de conduzir as regras dos relacionamentos interpessoais dos adolescentes internos.

2 | METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida através de questionários aplicados nas dez unidades dos Centros de Atendimento Socioeducativos de Pernambuco no período que compreende aos meses de outubro a dezembro do ano de 2015. Por motivos de segurança, não serão identificadas segundo o grau de aprovação ou de desaprovação referente aos espaços físicos pesquisados, mas se buscará fazer uma análise, de forma breve, acerca de como as condições desses espaços contribuem no processo de ressocialização dos adolescentes e jovens privados de liberdade.

3 | MUDANÇAS NO ATENDIMENTO DO ADOLESCENTE E JOVEM EM CONFLITO COM A LEI

Até o final dos anos de 1980 a legislação brasileira ainda não contemplava os princípios básicos de garantias dos direitos da criança e do adolescente firmados nas declarações internacionais. Foi a observância desses princípios básicos que desencadeou diversas mudanças na forma de se lidar com os adolescentes e jovens em conflitos com a lei em todo o Brasil. Seguindo orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 as autoridades brasileiras passaram a implementar medidas protetivas, visando um

atendimento socioeducativo e abandonando as práticas punitivas e repressivas comumente adotadas até então.

A Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012 criou o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, responsável pela deliberação dos procedimentos e serviços a serem realizados para com adolescentes e jovens em conflitos com a lei, tanto no âmbito da Liberdade Assistida e da Semiliberdade, quanto no da Privação de Liberdade em todo o território nacional.

Em todo o Brasil o órgão responsável por cuidar dos adolescentes e jovens privados de liberdade era a Fundação do Bem Estar do Menor – FEBEM. Essa instituição ficou conhecida pelos atos punitivos e repressores impostos aos menores sob sua guarda. A FEBEM cuidava não apenas dos menores infratores, mas também era encarregada dos menores abandonados. A aprovação do ECA e as muitas discussões sobre o assunto contribuíram para o fim da FEBEM e o surgimento de outras instituições para lhe substituir. Isso foi acontecendo gradativamente em todos os cantos do país.

No Estado de Pernambuco, a Lei Complementar Nº. 03, Artigo Nº. 17, de 22/08/1990 destituiu a FEBEM e criou para seu lugar a Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, tendo como objetivo efetivar e universalizar a Doutrina Sócio Jurídica que visa a Proteção Integral a toda criança e adolescente de 0 (Zero) a 18 (Dezoito) anos de idade. Em 2008, outra lei complementar, a L. C. nº 132, de 11 de dezembro de 2008, reestruturou a FUNDARC e a renomeou, passando a ser chamada de Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE, ficando a mesma vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSDH). Através da Lei Nº 14.264, de 06 de janeiro de 2011, foi criada a Secretaria da Criança e da Juventude – SCJ, à qual ficou vinculada a FUNASE. A nova secretaria ficou responsável por:

[...] planejar e executar, no âmbito estadual, o Programa Socioeducativo destinado aos adolescentes envolvidos e/ou autores de ato infracional, sob Medida de Internação e Semiliberdade, assegurando a assistência e promoção de seus direitos fundamentais, através de ações articuladas com a sociedade civil organizada e instituições públicas e privadas.

Embora os avanços no que diz respeito à legislação em torno do tema em tela seja um fato de grande relevância, pois tem contribuído para melhorar a forma de tratamento dos adolescentes e jovens privados de liberdade em todo o país, ainda há relatos que mostram que na prática ainda há muito que ser modificado, a começar pela própria estrutura física dos espaços que abrigam esses adolescentes e jovens.

4 | A ESTRUTURA FÍSICA NO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Entre as diversas causas que contribuíram para a extinção da FEBEM pode

ser citada a questão do espaço físico. Com os avanços no seguimento do legislativo referente ao processo de ressocialização de menores, uma das coisas que vem sendo apontada é a necessidade de melhoramentos nos espaços físicos das unidades de privação de liberdade.

Os princípios de regras mínimas para a Proteção de adolescentes e Jovens em cumprimento de medida socioeducativa privados de liberdade já haviam sido estabelecidos pelas Nações Unidas e foram adotadas pelo ECA, que do artigo 90 ao 124, no capítulo II, que trata das Entidades de Atendimento, traz como premissa o assegurar os requisitos da saúde e da dignidade humana. Já a orientação do SINASE, em seu artigo 15, referindo-se aos Programas de Privação da Liberdade determina que:

[...] são requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação: I - a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência.

Os estabelecimentos socioeducativos são considerados instituições totais, que podem ser definida como:

[...] um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1999, p. 11; apud SOUSA, LEITE & WESTI, 2011, p. 6).

Partindo da perspectiva de que o socioeducando, privado de liberdade, passa a habitar nesse espaço de convivência coletiva que o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, na apresentação do programa do SINASE (2006), no que se refere ao detalhamento das normas e definições técnicas dos Parâmetros Arquitetônicos utilizados para construção e ampliação das unidades de internação dos adolescentes privados de liberdade orientou que sejam definidos pela Lei nº 8.666/93 e que sua elaboração e posterior execução devem respeitar as seguintes orientações:

- 1) estar precedida de levantamento de dados e informações que comprovem a necessidade de construção, reforma ou ampliação, direcionada ao nível de contenção especificada no projeto pedagógico, em função do público-alvo;
- 2) garantir a separação física e visual dos setores de dormitórios feminino e masculino nas Unidades de atendimento aos adolescentes de ambos os sexos, podendo as atividades pedagógicas ser desenvolvidas em áreas comuns, não significando uso simultâneo, sempre em conformidade com o projeto pedagógico;
- 3) edificar as Unidades de atendimento socioeducativo separadamente daqueles destinados para adultos do sistema prisional, ficando vedada qualquer possibilidade de construção em espaços contíguos ou de qualquer forma integrada a estes equipamentos;
- 4) utilizar, na cobertura, material adequado de acordo com as peculiaridades de cada região, prevendo a conveniente ventilação e proteção, adotando esquemas

técnicos especiais que atendam às condições climáticas regionais.

5) considerar que a dinâmica do atendimento socioeducativo se desenvolve tendo como suporte ações administrativas e técnico-pedagógicas de educação, de saúde integral, de direitos sexuais, de direitos à visitação familiar, de direitos à maternidade, de esporte, de cultura, de lazer, de profissionalização, integrando adolescente, família e comunidade;

6) privilegiar uma maior segurança externa e possibilitar a concepção de espaços internos que permitam o melhor desenvolvimento das atividades socioeducativas, respeitados os critérios preconizado no artigo 123 do ECA;

7) observar o número de até quarenta adolescentes em cada Unidade de atendimento, conforme determinação da Resolução de n.º 46/96 do CONANDA, sendo constituída de espaços residenciais (módulos) com capacidade não superior a quinze. E em caso de existência de mais de uma Unidade no mesmo terreno estas não ultrapassarão a noventa adolescentes na sua totalidade;

8) observar que os quartos existentes nas residências (módulos) sejam de no máximo três adolescentes;

9) observar na criação dos diversos ambientes da Unidade os seguintes detalhamentos: a) na fase inicial de acolhimento podem ser projetados dois módulos de moradia, preferencialmente com quartos individuais, separados com barreira física ou visual; b) nas fases intermediária e conclusiva do atendimento poderão ser projetados quartos individuais ou coletivos (de no máximo três adolescentes) não havendo necessidade de barreira física e visual nos atendimentos; c) na convivência protetora, cujo ambiente é destinado àqueles que precisam ser resguardados da convivência coletiva, poderá ser criada uma barreira física e visual de separação. Em caso de quartos coletivos deverão ser dimensionados considerando o perfil do adolescente, a sua origem (naturalidade), a gravidade do ato infracional. A concepção arquitetônica deve integrar também os demais espaços para o desenvolvimento de atividades coletivas, na perspectiva de criar ambientes que possibilitem a prática de uma vivência com características de moradia sem, no entanto, desconsiderar que é uma Unidade de atendimento de privação de liberdade;

10) prever no projeto arquitetônico um núcleo comum de administração para os casos de construção de mais de uma Unidade de atendimento no mesmo terreno de forma que os setores previstos possibilitem um fluxo ordenado de pessoas e veículos a saber: • acesso e controle (portaria, revista e segurança externa) • administração • salas de coordenação • serviços (cozinha, lavanderia, almoxarifado, garagem, depósito de resíduos, vestiário para funcionários) 70 • auditório • visita familiar • área de saúde • escola • oficinas profissionalizantes • campo de futebol • quadra poliesportiva coberta • anfiteatro • espaço ecumênico

11) construir refeitórios, no caso de mais de uma Unidade no terreno, na área de uso comum de forma integrada; sendo que poderá ser edificado mais de um ambiente para ser utilizado como refeitório, de forma a permitir o atendimento simultâneo dos adolescentes de cada Unidade;

12) prever na setorização da Unidade feminina e/ou mista, espaço para alojamento conjunto de recém-nascidos e bebês até no máximo seis meses de idade, com as mães;

13) prever a existência de áreas verdes e a aplicação da psicodinâmica das cores, visando à humanização do ambiente, bem como estimular a criatividade, perspectiva de futuro e dinamização no aprendizado;

14) considerar o “pé-direito” mínimo de 3,00m, resguardadas as especificidades de cada ambiente, e, no caso da verticalização das edificações limitar ao máximo de dois pavimentos;

15) prever nos casos de construção de Unidades de atendimento socioeducativo regionalizado as mesmas definições expressas para a internação; e

16) prever Unidades de atendimento socioeducativo de internação, obedecida a rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

A organização dos espaços físicos nas unidades de Atendimento Socioeducativo é de fundamental importância. O SINASE é o primeiro documento a falar sobre a Arquitetura Socioeducativa considerando o fato de que suas características têm a capacidade de interferir “na forma e no modo de as pessoas circularem no ambiente, no processo de convivência e na forma de as pessoas interagirem, refletindo, sobretudo, a concepção pedagógica, tendo em vista que a não observância poderá inviabilizar a proposta pedagógica.” (SINASE, 2006, p.58).

5 | ESPAÇOS FÍSICOS DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE PERNAMBUCO

Embora a questão do Atendimento Socioeducativo venha sendo debatida há mais de uma década, a Lei do SINASE é considerada recente. Isso significa dizer que as mudanças indicadas pela referida lei ainda estão em andamento, não tendo havido, portanto, tempo suficiente para realizar as devidas modificações em todas as estruturas físicas do sistema socioeducativo.

No Estado de Pernambuco as unidades de Atendimento Socioeducativo são conhecidas como Centros de Atendimento Socioeducativo – CASEs. Das dez unidades existentes apenas três foram construídas procurando atender as padronizações das exigências legais em vigor. As três mais modernas unidades do Atendimento Socioeducativo em Pernambuco estão localizadas em Jaboatão dos Guararapes, Vitória de Santo Antão e em Timbaúba. A unidade que atende as meninas é uma casa adaptada e as demais são edificações com aspectos de ambiente de privação de liberdade que vem sendo adaptados para atender às orientações do SINASE.

Na maioria dessas unidades a acessibilidade do deficiente físico é deficitária. A edificação de um desses CASEs fora no passado a cadeia pública da cidade e ainda mantém os componentes arquitetônicos desta, tendo sido realizadas poucas alterações para se utilizar o espaço para ressocialização de menores privados de liberdade. Seu projeto arquitetônico contém: 07 celas, 02 cafuas, assim nomeados pelos internos, uma quadra coberta, um refeitório que também serve como sala de aula, uma cozinha, uma antessala, 02 micros salas de aula, uma sala dos pedagogos, uma sala administrativa e um container anexo ao muro do presídio no logradouro público. Também possui precariedade na iluminação, tanto natural como artificial, e de acessibilidade e mobilidade interna. Compreendemos que esta mobilidade refere-se ao circular com segurança dentro da unidade, tanto por parte dos internos, quanto dos profissionais e visitantes. Para resolver os problemas de mobilidades desse CASE já está sendo construído outro Centro de Atendimento Socioeducativo na mesma cidade, para onde os internos deverão ser transferidos.

Em algumas unidades o quantitativo de socioeducandos excede em muito o número máximo estabelecido, que é de até quarenta adolescentes, ultrapassando

o número de cento e cinquenta adolescentes. As alas de muitos desses CASEs são celas adaptadas como quartos, que ficam superlotadas, dificultando o trabalho da equipe administrativa e também da pedagógica. A superlotação deixa os adolescentes e jovens em condição de vulnerabilidade e propicia oportunidades de revoltas. Um ambiente que se apresenta saturado em sua capacidade de comportar o contingente que nele habita não oferece oportunidades de mobilização segura para os que nele circulam.

Essa pesquisa constatou que nos CASEs mais estruturados, as relações são menos conflitantes, com incidente de revoltas com maior intervalo de tempo. A forma como esses espaços estão estruturados também repercute na área pedagógica, tendo em vista que nas unidades superlotadas o atendimento pedagógico a todos os socioeducandos fica mais deficitário. Pode-se aqui enfatizar o fato de que a escola ainda não recebe a atenção devida nas unidades de Atendimento socioeducativo, considerando que funcionam em corredores salas adaptadas, carecedoras de melhorias em sua infraestrutura.

Existe apenas um CASE onde a escola funciona em prédio separado da unidade, o que facilita a caracterização do espaço pedagógico. Mesmo nas unidades mais modernas o espaço escolar fica em segundo plano, uma vez que são construídos, na maioria dos casos, no final do terreno da unidade, dificultando a saída dos professores em momentos de revoltas dos socioeducandos.

É perceptível a necessidade de uma melhoria na arquitetura das unidades de Atendimento Socioeducativo do Estado de Pernambuco para que haja melhor condição de mobilidade dos socioeducandos, para que os mesmos ao serem inseridos no processo de ressocialização possam desfrutar de uma condição que oportunize as práticas de sociabilidades necessárias à preparação para seu retorno ao convívio na sociedade.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a estrutura física e os socioeducandos privados de liberdade tem sido abordada muitas vezes apenas como elemento de controle e disciplina onde os componentes arquitetônicos concretizam e satisfazem as relações desumanas inerentes ao equívoco da sua compreensão. Este entendimento equivocado da utilização do espaço acaba por proporcionar aos indivíduos ali inseridos a possibilidade de outros usos, de outras interpretações e percepções, diferentemente da compreensão do projetista. Estas edificações são a materialização da compreensão do espaço social a qual estamos inseridos.

A precária estrutura de alguns CASEs, que deveriam na realidade proporcionar novas descobertas e evidenciar a humanidade dos indivíduos de forma a ressocializá-los para reintegrá-lo ao meio social, tem formado micros sistemas sociais com suas

estratificações (chefes de alas e chefes de celas), com segregação de grupos, onde se faz uso do poder para permitir ou não a mobilidade para utilização de determinados espaços das unidades. Exemplo disso é a questão do acesso à escola que, algumas vezes, é permitido ou não aos demais indivíduos por parte de algumas lideranças, evidenciando o sistema social ao qual o menor estava inserido fora da internação.

É o meio físico que favorece os limites e conseqüente segregação e formação de grupos. Ai é onde reside o equívoco do sistema prisional, onde paredes e grades tentam moldar o indivíduo por meio de castigo e disciplina onde na verdade é nas oportunidades de formação do conhecimento que está a solução para a ressocialização. O espaço deve ser mero coadjuvante neste processo, o que não vem ocorrendo no sistema socioeducativo em Pernambuco.

A preocupação com a mobilidade enquanto movimento para uma reflexão sobre a importância da acessibilidade no contexto da formação do indivíduo privado de liberdade, transita em um paradigma da arquitetura “prisional” com a possibilidade e qualidade de acesso. O conceito da acessibilidade inclusiva e universal implica esforços para que se permita cada vez mais acesso dos internos à oportunidade de socialização entre alas, entre agentes, no espaço escolar e nas relações com seus familiares, não só no que diz respeito aos espaços físicos, como também ao conhecimento e à formação. A acessibilidade, definida como a facilidade de acesso de pessoas a pessoas e de pessoas a bens ou equipamentos, deve ser observado como um dos conceitos centrais na conceituação do projeto arquitetônico desenvolvido para as unidades de Atendimento Socioeducativo.

A dificuldade de se encarar a acessibilidade como um problema de um grupo social com soluções técnicas específicas, é que estas passam quase sempre a construir soluções à posteriori. Entendamos que os indivíduos com mobilidade reduzida são: crianças, deficientes, idosos, ou alguém que transporte temporariamente algo pesado ou volumoso e que os ambientes de privação de liberdade devem permitir aos internos a percepção de igualdade entre os indivíduos garantindo a dignidade humana, a democracia, a solidariedade e o desenvolvimento sustentável. O desenho atual dos Centros de Atendimento Socioeducativo permite que a segregação se apresente como a melhor opção para proteger os mais vulneráveis. Compreendendo que a segregação gera exclusão, é preciso considerar a possibilidade de não se estar alcançando o objetivo de reinserir esses adolescentes e jovens na sociedade, permitindo que permaneçam em situação excludente.

Partindo-se do princípio de que os espaços físicos interferem de forma direta na vida das pessoas, torna-se indispensável a realização de mudanças nas estruturas do ambiente físico dos CASEs, obedecendo-se às orientações legais específicas referentes à sua construção, para que seja possível humanizar o atendimento e transformar essas unidades em locais capazes de contribuir positivamente para a ressocialização dos menores privados de liberdade. Embora já venham ocorrendo melhorias nos espaços físicos das unidades de Atendimento Socioeducativo de

Pernambuco ainda há muito a ser feito.

REFERÊNCIAS

PLANALTO. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 09/06/2016.

FUNASE. **Histórico FUNASE**. Disponível em: <<http://www.funase.pe.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 26/03/2016.

MÁRIO, J. A. **Mobilidade e acessibilidade: conceitos e novas práticas**. Lei do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em 26/03/2016

OLIVEIRA, E. M. D. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Centro Tecnológico – CTC. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA**. Brasília, 2006.

SINASE. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo SINASE Secretaria Especial dos Direitos Humanos Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente CONANDA**. Brasília, 2006.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm. Acesso em: 24/03/2016.

SOUSA, Elieth Amélia de; LEITE, Maria Ruth Siffert Diniz Teixeira; WESTIN, Marly Canassa Vera Lúcia Costa. **A Estrutura Física dos Centros de Atendimento Socioeducativo de Internação como uma das Possibilidades de Favorecer o Desenvolvimento Pessoal e Social dos Adolescentes em Conflito com a Lei**. ENAPEGS, 2011. Disponível em: <http://anaisenapegs.com.br/2011/dmdocuments/p25.pdf>. Acesso em 14/03/2016.

UNICEF. **Fundo da Nações Unidas para a Infância – Situação da Infância Brasileira 2006: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento**. Relatório. Seção Violência, p. 20-39, 2006. Disponível em: <www.unicef.org/brasi/>. Acesso em: 24/03/2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cursando Pós-Graduação Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e professora nas Faculdade Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) e Coordenadora de Pós-Graduação

Elizabeth Johansen - Licenciada em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, especialista em História e Região, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestre em História, pela Universidade Federal do Paraná e doutora em Geografia, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Professora adjunta do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aracaju 8, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 381

Arquitetura 5, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 129, 130, 131, 134, 135, 253, 369, 370, 371, 372

Arte 5, 7, 58, 59, 72, 73, 77, 106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 169, 178, 216, 241, 252, 396, 398

C

Capuchinhos 97, 100, 102

Centro cultural castrolanda 7, 132, 135

Colégio imaculada conceição 6, 89, 93

Cultura 1, 10, 12, 13, 14, 18, 25, 26, 42, 43, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 65, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 87, 94, 102, 107, 110, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 128, 129, 130, 134, 136, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 178, 184, 186, 200, 215, 217, 230, 231, 263, 265, 320, 321, 323, 324, 327, 332, 333, 358, 361, 368, 375, 380, 386, 396, 397, 398, 399, 401

D

Discurso 10, 13, 14, 30, 39, 40, 59, 98, 100, 106, 115, 137, 141, 170, 175, 180, 181, 185, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 232, 255, 258, 284, 327, 328, 329, 330, 335, 338, 339, 343, 345, 346, 386, 388, 389

Documento 31, 69, 96, 138, 140, 157, 158, 159, 160, 161, 168, 169, 172, 176, 187, 190, 192, 293, 297, 300, 344, 358, 369

E

Educação 1, 8, 9, 11, 12, 14, 48, 49, 51, 54, 56, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 106, 107, 108, 132, 134, 137, 151, 153, 200, 203, 228, 279, 281, 307, 312, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 335, 343, 345, 358, 364, 368, 386, 393, 399, 401, 402

Ensino de história 50, 51, 55, 401, 402

Escravidão 2, 4, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 36, 51, 221, 223, 226, 227, 327, 382

Estudos organizacionais 1, 2, 3, 6, 11

Eurocentrismo 1, 2, 5, 12

F

Feira de santana 8, 211

Filosofia-teológica 97

Fotografias médicas 157

Foucault 5, 175, 178, 180, 181, 185, 186, 187, 189, 194, 198, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 335

Fronteiras 2, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 33, 36, 58, 94, 108, 109, 110,

116, 117, 118, 120, 197, 221, 254, 255, 256, 257, 259, 270, 278, 321

G

Giro decolonial 5

H

História 1, 3, 4, 15, 16, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 35, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 110, 118, 120, 121, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 134, 135, 138, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 168, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 190, 197, 198, 201, 203, 206, 210, 211, 221, 226, 227, 229, 230, 233, 237, 239, 241, 243, 244, 245, 246, 252, 253, 254, 263, 265, 267, 274, 280, 286, 289, 291, 306, 307, 313, 317, 320, 321, 324, 326, 328, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 345, 346, 347, 348, 349, 352, 363, 374, 375, 381, 382, 383, 384, 393, 394, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402

História da violência 180, 181, 198, 335

I

Infanticídio 7, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 178, 183, 191, 322, 324

Intertextualidade 15, 167

Intervenção 3, 32, 120, 122, 124, 126, 128, 129, 130, 262, 267, 269, 297

L

Literatura 5, 6, 13, 14, 15, 16, 21, 55, 58, 72, 77, 81, 82, 115, 231, 238, 320, 338, 395

M

Manuais de ensino 7, 97, 98, 105

Memória 6, 16, 21, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 76, 86, 120, 123, 129, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 183, 198, 199, 215, 216, 219, 241, 245, 246, 253, 274, 314, 326, 327, 335, 354, 362, 363, 395, 397, 398, 401

Moda 7, 82, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 395

Modernização 8, 99, 125, 201, 211, 213, 215, 216, 217, 288, 293, 297, 298, 307, 312, 316, 381, 387, 391, 392

Montes claros 6, 89, 92

Museologia 5, 132, 138, 143, 145, 153, 155, 156, 157, 397

Museu 7, 10, 128, 130, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 310, 361, 393, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402

N

Narrativa 7, 15, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 49, 86, 87, 100, 103, 104, 106, 109,

110, 134, 135, 141, 143, 145, 152, 154, 155, 156, 173, 211, 212, 241, 242, 243, 245, 246, 248, 249, 252, 338

P

Passado 1, 17, 38, 39, 40, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 65, 66, 72, 73, 74, 76, 77, 79, 80, 86, 87, 103, 107, 125, 129, 130, 134, 150, 151, 155, 156, 173, 178, 185, 216, 247, 248, 256, 258, 268, 270, 278, 295, 296, 341, 344, 345, 355, 369, 385, 397

Patrimônio 17, 23, 34, 120, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 138, 144, 145, 152, 153, 200, 202, 383, 396, 397, 401

Pensamento 1, 3

Poder 1, 2, 3, 4, 6, 7, 11, 13, 14, 20, 28, 31, 40, 46, 49, 52, 53, 54, 61, 65, 68, 72, 79, 91, 93, 95, 98, 100, 102, 114, 124, 129, 146, 149, 151, 170, 171, 177, 178, 180, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 213, 217, 231, 258, 260, 262, 266, 274, 279, 281, 283, 285, 287, 289, 297, 304, 305, 306, 311, 312, 313, 314, 316, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 347, 349, 350, 351, 357, 359, 361, 362, 363, 371, 373, 381, 386, 387, 399

R

Relações familiares 219, 224, 226, 257

Relações sociais 25, 27, 35, 75, 99, 177, 213, 217, 350

Riqueza 8, 7, 25, 59, 163, 176, 200, 201, 203, 206, 209, 281, 283, 328, 350

S

Século XIX 9, 203, 349

Sociabilidades 211, 215, 217, 370

Sociedade 2, 3, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 25, 28, 32, 33, 35, 43, 45, 49, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 86, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 102, 106, 110, 115, 121, 125, 132, 138, 156, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 185, 187, 188, 189, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200, 201, 202, 212, 213, 216, 219, 222, 235, 236, 239, 245, 280, 289, 292, 293, 294, 296, 297, 298, 299, 300, 303, 304, 306, 312, 313, 321, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 344, 346, 347, 349, 350, 353, 363, 366, 367, 370, 371, 377, 378, 383, 392, 393, 397, 399, 400

Sujeitos 7, 9, 11, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 59, 156, 170, 171, 175, 177, 180, 183, 185, 186, 187, 188, 197, 212, 214, 226, 229, 256, 257, 291, 302, 306, 312, 313, 321, 322, 339, 350, 351, 397, 401

T

Tráfico de escravos 51, 219, 220, 222, 223, 226

V

Verdade 7, 10, 24, 32, 45, 49, 51, 53, 55, 58, 59, 65, 67, 70, 73, 102, 105, 111, 158, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 178, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190,

191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 241, 244, 245, 252, 258, 298, 315, 327, 328, 332,
333, 335, 339, 371, 377, 388, 391

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-650-8

